



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 26.06.2014

Proc. n.º: 141 – SI 083/14

Horário início: 9h

Término: 10h30min

Assunto: reunião para tratar da concessão de incentivos às casas de amparo e instituições de apoio ao Município.

Requerente: Ver. Marcos Gehlen – Tuco (PT).

Convidados: Executivo Municipal; representantes da Casa de Amparo Mão de Deus, Lar Sagrada Família, Abrigo Pão dos Pobres e APAE, conforme Requerimento n.º 057/2014.

Presentes: Lista de presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: Inicialmente, o proponente da reunião manifestou que tem observado que é um fenômeno que acontece com a sociedade mundial e que o poder público precisa ter um olhar mais atento sobre aquelas pessoas que estão envelhecendo. É necessário ter um olhar mais apurado com a questão dos idosos. Destacou que, de um modo geral, fala-se que faltam vagas nas casas de amparo; ou, quem sabe, as pessoas não querem mais cuidar de seus idosos e, por isso, a procura maior por uma casa de amparo. Perguntou se os recursos repassados pelo Município, e aprovados pela Câmara Municipal, são suficientes. Com relação à contrapartida, perguntou se o Município possui à sua disposição um número determinado de vagas para que possa encaminhar pessoas carentes para as casas de amparo. O Presidente da Casa, Vereador Renato Kranz (PMDB), ponderou que seria interessante que cada entidade expusesse a sua realidade, o número de atendimentos, o espaço físico, o número de pessoas atendidas, a manutenção da instituição, os recursos financeiros necessários para a manutenção dessas casas. Cristina Schommer Stein, gerente operacional da Casa de Amparo Mão de Deus, afirmou que, atualmente, a Casa atende oitenta e três idosos. Estão fazendo um trabalho com assistente social em cima daqueles com menos de sessenta anos para remanejar esse pessoal numa casa onde eles realmente tenham um atendimento adequado, com psiquiatra, médico, tudo o que as pessoas não podem oferecer no dia a dia. Os três últimos que entraram vieram com sonda, com oxigênio, cadeirantes, pessoas totalmente dependentes, que não se consegue manter em casa, pois necessitariam de dois ou três cuidadores. Ressaltou que as casas de amparo existentes no Município não estão adaptadas aos critérios de acessibilidade. A procura maior é de pessoas com um grau de dependência absoluta. A instituição funciona com três alas. A primeira ala, que é a maior, recebe as pessoas que necessitam de cuidados intensivos. Em torno de quarenta e quatro pessoas usam fraldas. Dois idosos precisam ser aspirados a cada duas horas. Abriga em torno de sete pessoas com a Doença de Alzheimer. Talvez seja o único asilo da cidade com condições de manter um asilado nessa situação. A entidade conta com dez vagas compradas pela Prefeitura, sendo que sete dos asilados usam fraldas. Relatou que tiveram que entrar em contato com a assistência social do Município porque não estavam mantendo a instituição com o envio de fraldas. Ponderou que se a Prefeitura está comprando vagas, é porque se trata de idoso socialmente vulnerável e não tem condições financeiras de comprar fraldas. Contou que, após reunião com a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



Procuradoria Geral do Município – PGM, eles estão repassando as fraldas para esses asilados. Destacou que na gestão do prefeito Percival havia ajuda de duas subvenções anuais de cinquenta mil reais. Na gestão do prefeito Paulo Azeredo, foi aprovada, em novembro do ano passado, uma subvenção de cinquenta mil reais que ainda não receberam. Possuem uma subvenção financeira oriunda de retorno do imposto de renda de oitenta e cinco mil reais que entrou há alguns dias. Informou que a Casa está sendo mantida unicamente com recursos próprios, os carnês que são pagos, além de mantimentos (leite, arroz) obtidos com instituições como Banco do Brasil e Sesc. Reclamou que toda semana o maquinário da lavanderia está estragado, que é muita roupa, os gastos com manutenção em máquinas estão muito grandes. Revelou que inscreveu a instituição no Ministério Público, num ajustamento, para receber maquinário. Hoje a manutenção da Casa está sendo feita praticamente apenas com recursos que entram dos que estão na Casa. Está bem complicado. A entidade comprou muitas fraldas que o Município deixou de repassar, o que gerou um déficit muito grande na farmácia da instituição. Informou que a instituição conta com em torno de quarenta funcionários, inclusive com assistente social, nutricionista e médico. No governo passado, o Município disponibilizava atendimentos médicos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS. O governo atual cortou isso, o que obriga a Casa a pagar pelo atendimento médico, particular, uma vez por semana. Isso também gerou um atrito com o Hospital Montenegro – HM em função dos encaminhamentos recorrentes. Maria Odete Flores Müller, Presidente da Casa de Amparo Mão de Deus, falou da dificuldade com a arrecadação própria de recursos através dos carnes distribuídos, pois as pessoas vão deixando de pagá-los. As pessoas tem a imagem que a Casa não precisa de recursos, que ela consegue se manter sozinha, isso em função do senhor Atanásio ter construído o prédio. Só que ele não passa nenhum valor para manter a Casa. Reforçou o problema no repasse das fraldas pelo Município. Cristina acrescentou que desde dezembro do ano passado as fraldas não estão vindo mais. A instituição tem um controle total, com planilhas das pessoas que entregam as fraldas, impossibilitando qualquer tipo de fraude. No entanto, a Prefeitura alega que a pessoa tem que ganhar até meio salário mínimo para receber o benefício. Márcia Scherer, gerente administrativa do Abrigo Pão dos Pobres, mencionou que, além das dificuldades financeiras, tem dificuldades com relação à estrutura física, em função de ser uma instituição muito antiga, construída em mil novecentos e quarenta e um. Estão com dificuldades de repasse de recursos, não apenas para manter os abrigados, mas também para proporcionar aos abrigados uma melhor acomodação, porque é necessário trocar toda a estrutura do prédio, que está sendo reformado. A reforma foi iniciada em novembro do ano passado. Ano passado fora aprovado um recurso de vinte e seis mil reais para a reforma. Com isso, trocaram todo o telhado de brasilit 4mm, que existia desde sua construção. Fizeram toda a nova instalação de esgoto, porque fossa, sumidouro, etc., era tudo daquela época. Alterou-se o refeitório, a área de banhos, foram compradas prateleiras, armários, para acomodação melhor dos idosos. Em função do estado deteriorado das paredes internas, consumidas por cupins, a solução foi substituir todas as paredes internas. Os recursos são oriundos do Município, do governo do estado, do SAC (Serviços de Ação Continuada), em torno de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



vinte e cinco mil reais, divididos em doze parcelas. No entanto, esclareceu que só receberam três parcelas, sem previsão de receber as outras, porque houve um problema interno com uma das secretarias do Município. Destacou que essa verba é muito importante, pois serve para pagar luz, água, alimentos, material de higiene. A capacidade da instituição sempre foi de vinte e cinco idosos. A intenção é a de ampliar essas vagas, até porque tem em torno de cinco famílias que procuram, por semana, a entidade. A lista de espera é enorme, fora aqueles que o Município solicita para colocar. Alguns internos foram remanejados, de modo que conseguem, atualmente, alojar vinte e sete internos. A intenção é chegar a vinte e nove pessoas. Destacou que a enfermaria, por estar em um espaço muito pequeno, urgentemente precisa ser transferida para outro local, o que é exigência do Conselho Regional de Enfermagem – COREN/RS. Em função disso, vão adaptar, pretendem instalar a enfermaria num quarto individual, maior, o que depende de recursos. Relatou os vários projetos que a curto, médio e longo prazo estão sendo desenvolvidos. Ressaltou que, com o repasse de mais recursos, isso seria viabilizado mais rapidamente. Das vinte e cinco pessoas, nove eram pelo Município. Alertou que, desde dezesseis de junho do ano passado, o Município não está repassando recursos referentes ao cuidado de um cadeirante, que deixou o abrigo em três de junho. O ressarcimento vem sendo buscado através de processo administrativo. Ressaltou que as doações de alimentos das pessoas físicas ameniza a situação da instituição. O programa Mesa Brasil também faz alguns repasses, sendo que houve uma redução dos recursos desse programa. Os recursos oriundos para compra de carnes não chegam nem a quinhentos reais por mês. Esse valor é insignificante para a entidade. O Poder Judiciário faz um repasse de recursos através de alvarás, que não é fixo, nem certo, oriundos de multas. Relatou que a empresa Oxiteno, do Polo Petroquímico, doou uma caminhonete Renault, ano 1998, que foi vendida, cujo valor de onze mil reais será revertido em melhorias para a instituição. A intenção era ampliar para cinquenta pessoas asiladas. Hoje contam com treze funcionários, mais uma nutricionista e uma médica. Apontou que espaço para construção existe, o que falta são recursos para melhorar a estrutura e manter os idosos. Vão atrás de empresas privadas que poderiam alocar recursos para essa ampliação. Não tem espaço para fisioterapia, sendo que o sonho é construir esse espaço. Para resolver esse problema, é preciso a construção de uma ala separada, pois, atualmente, as sessões de fisioterapia são realizadas no saguão do prédio, junto com as visitas, o que tira a privacidade dos visitantes. Questionada pelo Vereador Márcio Müller (PTB) sobre o SAC, esclareceu que o programa é do estado e do Município. A maior parte dos recursos vem do estado, com pequena contrapartida do Município. Os valores são repassados através do Município. Porém, afirmou que a informação obtida junto à Secretaria do Município é a de que o estado bloqueou todos os repasses, uma vez que os valores anteriormente repassados não teriam sido destinados à entidade conveniada, por falha do Município, ou seja, o dinheiro estaria ainda depositado em conta do Município. Nelsi Lazzari, Presidente do Lar Sagrada Família, contou que a estrutura da instituição também é muito antiga. Tiveram que fazer várias reformas. O prédio que abriga os idosos está tomado por cupins. Remodelaram toda a cozinha porque havia problemas estruturais. Como o prédio fica



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



perto do Morro São João, na última enchente de dois mil e onze, as dependências do prédio foram tomadas pelas águas. Chamaram um engenheiro, que informou da necessidade de fazer um muro de contenção. Afirmou que a Prefeitura teria que ter feita a limpeza da área. Na última gestão, nem nesta, nada fora feito. A atual municipalidade fez a vistoria, deu a liberação para realização da poda. A última informação é a de que tinha o caminhão, só não tinha o operador. Cada vez que chove, a água desliza do Morro, com risco de desabamento de árvores, que podem atingir os motores das câmaras frias que ficam nos fundos do prédio. Sobre o SAC, reforçou ser a mesma situação da Casa de Amparo Mão de Deus. Somente as três primeiras parcelas foram repassadas, com um repasse anual previsto em torno de vinte e quatro mil reais. A instituição abriga trinta e quatro idosos, a maioria com mais de oitenta anos, sendo dois com traqueostomia, o que requer um cuidado vinte e quatro horas por dia. Apenas dois tomam banho sozinhos. Todos os demais necessitam de ajuda, vários tem que ser ajudados na alimentação. Contam com vinte e dois funcionários, sem contabilizar as irmãs, com serviços de fisioterapia, enfermagem e nutrição. Quanto aos recursos, os familiares pagam alguma coisa, além dos eventos promovidos (brechós, chás, galete, sopa de ervilha). Quanto aos alimentos, não conseguiram do Mesa Brasil. Contam com um doador anônimo de Porto Alegre, que a cada dois meses envia uma caminhonete cheia de alimentos. Além de outras doações espontâneas de pessoas físicas. As fraldas, que não são oriundas da assistência, são trazidas pelos próprios familiares. Há dois anos, instalaram um gerador, em função do funcionamento do elevador e das câmaras frias. Tiveram ajuda da empresa Agrogen para barateamento dos custos na compra de alimentos. O Vereador Roberto Braatz (PDT) perguntou o que é feito da aposentadoria dos idosos asilados nas instituições. Fez outras duas questões: como é cobrada a responsabilidade dos familiares sobre seus parentes asilados e qual a obrigação legal do poder público nas suas três esferas, municipal, estadual e federal. Ana Cristina esclareceu que as instituições Pão dos Pobres e Lar Sagrada Família tem filantropia. A Casa de Amparo ainda não tem, porque atendem casos que não entrariam na filantropia. Explicou que, como receberam o pessoal daquele asilo que foi fechado, eles recebem um salário mínimo. Com a filantropia, a instituição poderia obter setenta por cento da aposentadoria. O resto seriam doações. Afirmou que um advogado dissera que não vale a pena ainda a filantropia, pois o que vão deixar de ganhar com os recursos da aposentadoria, não vai compensar o INSS, que atualmente gira em torno de quinze mil reais. Com a Corsan, há um convênio, em que só pagam a metade da conta da água, que fica em torno de três mil reais com o desconto. Os gastos com luz giram em torno de três mil reais. Não tem aportes de recursos federais nem estaduais. Sobre a contrapartida da família: se é vaga da Prefeitura, ele recebe um salário mínimo; ele só pode dar setenta por cento do valor e a diferença a Prefeitura cobre; os outros, trinta por cento, a família tem que arcar com os custos. Sempre quando é por compra de vagas, o assistente social faz o levantamento para verificar se a família tem condições de dar uma contrapartida. Muitas vezes, isso não é feito porque as famílias entram via Defensoria Pública, brigando uns com os outros para ver quem tem a responsabilidade de arcar com os custos. Reclamou do descaso de muitos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



familiares para com seus parentes asilados. Relatou as ações da instituição a fim de que haja o cumprimento do estatuto do idoso por parte dos familiares. Odete revelou que os familiares não comparecem às visitas e não participam do cotidiano da instituição, não tem comprometimento com os familiares. Algumas pessoas querem se livrar dos idosos. A representante do Lar Sagrada Família afirmou que não ficam com a aposentadoria deles. A família repassa diretamente os valores para o Lar. Esclareceu que há um trabalho realizado pela assistente social de visita aos domicílios dos familiares. Há uma grande lista de espera. Apontou existência de verba do Deputado Vilson Covatti, que veio para o Município em agosto do ano passado, para compra de material para fisioterapia. No entanto, até hoje os equipamentos não vieram para a instituição. O dinheiro foi depositado na conta do Conselho Municipal de Saúde – CMS e não do Conselho Municipal do Idoso – CMI, como deveria ter sido feito. Contou que fora atrás, e a Jaqueline, integrante da municipalidade, dissera que o processo fora encaminhado para o setor de licitações. Reclamou que, ao invés de a Prefeitura fazer o orçamento, pediram isso aos membros do Lar. Fizeram o orçamento e encaminharam para a Administração Municipal. Agora o processo está no setor de licitações. O Vereador Marcos Gehlen perguntou qual a capacidade máxima da Casa de Amparo. Ana respondeu que o número é de oitenta e nove idosos. Ressalvou que esse número varia em função dos remanejamentos. O Vereador Tuco fez mais os seguintes questionamentos: qual o tipo de acompanhamento e suporte técnico que o poder público dá para essas casas? A Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania – SMHAD faz visitas frequentes às casas de amparo? Quanto aos recursos de ordem federal, existem os benefícios de prestação continuada? Ressaltou que o poder público, a SMHAD, deve ter um olhar para ver quem são esses idosos que não tem esses Benefícios de Prestação Continuada – BPCs, que pode ser repassado para eles. Assinalou que existe a Secretaria Nacional de Assistência Social, em que basta ter um projeto que parta da esfera municipal para captar recursos. Perguntou quanto custa manter um idoso dentro da Casa, a mensalidade particular, o que é cobrado. Ana explicou que o grau de dependência três, custa dois salários; dependência máxima, dois salários e meio. Trabalharam com estes dois valores: mil quatrocentos e quarenta e oito reais e mil oitocentos e dez reais. Nesse valor está incluído tudo, menos fraldas e medicação. A representante do Pão dos Pobres afirmou que, considerando que a estrutura física atual não oferece um conforto tão grande, o valor cobrado pela instituição é menor: mil duzentos reais para todos os tipos de asilados; dois deles solicitaram quarto individual, o que custa mil e quinhentos reais. O valor pago muitas vezes não cobre a despesa, mas esse valor é cobrado em função da estrutura física. Os remédios são repassados pela assistência social ou pelos familiares. A grande maioria da medicação vem da SMS. Destacou que, no momento em que a estrutura estiver melhor, pelo menos os valores cobrados têm que cobrir as despesas. A representante do Lar alertou que tem acomodações em conjunto, quarto individual com e sem banheiro, com valores de dois salários e meio a três salários. O Vereador Braatz apelou para que fossem provocados para tentar minimizar os problemas. Solicitou que formalizassem, remetendo por escrito, os dados e valores de que as instituições necessitam, bem como demais informações sobre



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"



convênios e subvenções. Márcia ressaltou que, como as dificuldades são as mesmas, as entidades são parceiras, se ajudam mutuamente. Sobre os idosos asilados através da compra de vagas pelo Município, o repasse de fraldas está momentaneamente regularizado. Quanto aos particulares, a instrução do Município é que eles recorram à Defensoria Pública, na medida em que somente por via judicial eles conseguem o benefício, uma vez que o Município se nega a entregar as fraldas. O Vereador Tuco revelou que esta Casa Legislativa está muito preocupada com este tema e colocou à disposição dos presentes a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. O Vereador Kranz manifestou que Montenegro avançou no espaço para abrigamento. Mas é necessário avançar muito mais. Colocou à disposição o Poder Legislativo, a fim de que possam expor os problemas vividos no dia a dia das casas de modo a que sejam buscadas as soluções. Por fim, lamentou profundamente a ausência do Executivo Municipal à reunião. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

Ver. Marcos Gehlen – Tuco
PT

Ver. Renato Antonio Kranz,
Presidente.